

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO**

FRANCIELIE MORETTI

**A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NUMA UNIVERSIDADE FEDERAL
NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

MEDIANEIRA

2018

FRANCIELIE MORETTI



**A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NUMA UNIVERSIDADE
FEDERAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino - Polo UAB do Município de Foz do Iguaçu, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Medianeira.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Vanessa Hlenka

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

MEDIANEIRA

2018



TERMO DE APROVAÇÃO

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NUMA UNIVERSIDADE FEDERAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Por
Francielie Moretti

Esta monografia foi apresentada às 17h do dia **13 de agosto de 2018** como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino - Polo de Foz do Iguaçu, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

Prof^a. Dra. Vanessa Hlenka
UTFPR – Câmpus Medianeira
(orientadora)

Prof Dr. André Sandmann
UTFPR – Câmpus Medianeira

Prof^a. Dra. Elizandra Sehn
UTFPR – Câmpus Medianeira

À minha mãe Rosani, presença constante e amorosa. Ao meu filho Cauê, fonte de alegrias e ensinamentos diários. A minha vó Rosa (*in memoriam*), amor e saudades eternas. Ao meu companheiro Laercio, parceiro de vida e de construção de um amor real e possível.

AGRADECIMENTOS

A minha família, pela orientação, dedicação e incentivo nessa fase do curso de pós-graduação e durante toda minha vida.

A minha orientadora professora Dra. Vanessa Hlenka pelas orientações ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço aos professores do curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, professores da UTFPR, Câmpus Medianeira.

Agradeço aos tutores presenciais e a distância que nos auxiliaram no decorrer da pós-graduação.

Enfim, sou grata a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização desta monografia.

“Reconhecer que o sistema atual não inclui a todos, não basta. É necessário precisamente por causa deste reconhecimento lutar contra ele e não assumir a posição fatalista forjada pelo próprio sistema e de acordo com a qual “nada há que fazer, a realidade é assim mesmo” (PAULO FREIRE)

RESUMO

MORETTI, Francielle. A Formação de Professores numa Universidade Federal na perspectiva da Educação Inclusiva. 2018. 42 fls. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2018.

Este trabalho teve como temática a formação de professores numa Universidade Federal na perspectiva inclusiva. Para isso analisamos os Projetos Pedagógicos dos cursos de licenciatura da, a partir das normativas estabelecidas acerca da educação especial no ensino superior e educação básica, buscando compreender de que maneira os conteúdos pertinentes à educação inclusiva estão contemplados nestes currículos, e como as propostas voltadas para a educação inclusiva se revelam nestes documentos. Compreendendo a imprescindibilidade de que as temáticas inerentes aos princípios propostos pela educação inclusiva estejam presentes nos projetos pedagógicos dos cursos de formação de professores, uma vez que estes educadores serão os responsáveis, juntamente com os demais atores que constroem cotidianamente a realidade escolar, por concretizar um processo de ensino aprendizagem pautado na valorização das diferenças e do reconhecimento das múltiplas possibilidades de aprendizagens.

Palavras-chave: Inclusão. Projeto Pedagógico. Formação docente inicial.

ABSTRACT

MORETTI, Francielle. The Training of Teachers at the Federal University in the perspective of Inclusive Education. 2018. 42 fls. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2018.

This work had the theme of teacher training at the Federal University an inclusive perspective. For this, we analyze the Pedagogical Projects of the undergraduate courses, based on the norms established on special education in higher education and basic education, trying to understand how the contents pertinent to inclusive education are contemplated in these curricula, and how the proposals for inclusive education are revealed in these documents. Understanding the indispensability that the themes inherent in the principles proposed by inclusive education are present in the pedagogical projects of the teacher training courses, since these educators will be responsible, together with the other actors who construct daily the school reality, to concretize a process of teaching learning based on the valuation of differences and the recognition of the multiple possibilities of learning.

Keywords: Inclusion. Pedagogical Project. Initial teacher training.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	12
3 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA.....	13
3.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ATUALIDADE: REFLEXÕES A PARTIR DO CENÁRIO EDUCACIONAL BRASILEIRO	13
3.2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES.....	19
3.3 O PROJETO PEDAGÓGICO COMO INSTRUMENTO DE GARANTIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA FORMAÇÃO DOCENTE	26
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	31
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS	38

1 INTRODUÇÃO

A escola, enquanto instituição que está inserida na sociedade, é caracterizada, também, pela reprodução de preconceitos e discriminações que muitas vezes são determinantes para tornar o ambiente escolar um espaço que exclui e segrega pessoas com deficiência. É justamente na busca pela superação deste cenário de perpetuação de estereótipos construídos com base no desconhecimento e na indiferença, que apresenta-se como determinante a conscientização quanto à realidade vivida pelas pessoas com deficiência, de modo a contribuir com a promoção de maior conhecimento e convivência com as diferenças.

É neste íterim que se estabelece a importância da formação de professores no contexto da concretização e consolidação de um ambiente escolar promovedor da inclusão. Ao refletirmos sob a situação atual das escolas e de que maneira a inclusão tem sido encaminhada nas instituições escolares, é impossível não constatar as dificuldades e limitações que impedem a efetivação de práticas que tornam as propostas inclusivas viáveis e produtivas. Evidencia-se a necessidade de investimentos em formação de professores, elaboração de materiais e conteúdos específicos, além da efetivação de projetos pedagógicos que contemplem princípios e especificidades da educação inclusiva como forma de reconhecer e valorizar as diferenças, e garantir uma educação pautada na diversidade.

É preciso considerar que há necessidade de transformação da compreensão das diferenças, ou seja, mudanças de atitudes frente às dinâmicas impostas pela diversidade não estão relacionada apenas com o estabelecimento de leis, mas sim de mudanças de paradigmas sociais, que só serão possíveis por meio de transformações estruturais profundas e que requerem empenho e dedicação de toda a sociedade. Faz-se necessário a construção e consolidação de políticas educacionais que visem tornar a inclusão de pessoas com deficiência em algo inerente ao processo educativo, adequando as novas realidades impostas aos profissionais da educação e construindo um currículo implementado em salas de aula, considerando, obviamente, os dispositivos presentes na legislação referentes à inclusão escolar.

Ao analisar as demandas impostas pela inclusão, percebe-se que culpabilizar apenas a falta de formação dos professores pelo fracasso percebidos até aqui, parece superficial e simplista demais, pois existe toda uma lógica desumana e injusta que permeia este cenário de não efetivação de uma inclusão escolar realizada de maneira

eficaz e responsável. As exigências para os educadores e a escola são muitas, e de modo geral, destacam-se tentativas de se cumprir o estabelecido por lei, todavia este esforço esbarra nas dificuldades impostas pela falta de investimento na área. O poder público exime-se da responsabilidade que lhe cabe, relegando apenas à escola o cumprimento do estabelecido pela legislação.

Com base nas reflexões e questionamentos elaborados a partir dos conteúdos trabalhados pela disciplina de Educação Inclusiva, cursada como componente obrigatório do curso de Especialização em Métodos e Técnicas de Ensino, ofertado pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Medianeira, na modalidade EAD, foi possível perceber as agruras vividas pelos professores em sala de aula, evidenciando as dificuldades e limitações que impedem a efetivação de práticas que tornam as propostas inclusivas viáveis e produtivas.

Além disso, a atuação como Técnica em Assuntos Educacionais do Departamento de Normas e Desenvolvimento Curricular da Universidade Federal, possibilita o conhecimento e o estudo dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação, analisando e explorando as diretrizes emanadas por estes documentos, e constatando que, nem sempre conteúdos determinantes para a formação humana dos profissionais estão presentes nestes documentos.

Assim, considerando-se que o projeto pedagógico configura-se como instrumento fundamental de garantia de participação democrática, valorização da transparência e comprometimento do curso e da instituição para com a formação de seus alunos, é possível estabelecer a imprescindibilidade deste documento para a organização curricular dos cursos de graduação. Além disso, o Projeto Pedagógico precisa ser representativo do processo de ensino aprendizagem desenvolvido e efetivado pelo curso, evidenciando de maneira clara o cumprimento das normativas e orientações emanadas pelas instâncias superiores, que devem estar devidamente contempladas nestes documentos.

Neste sentido a presente pesquisa tem como objetivo analisar os Projetos Pedagógicos dos cursos de licenciatura da Universidade, a partir das normativas estabelecidas acerca da educação especial no ensino superior e educação básica, buscando compreender de que maneira os conteúdos pertinentes à educação inclusiva estão contemplados nos currículos.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A presente pesquisa se debruça sob a análise curricular dos sete cursos de graduação, grau licenciatura, de uma Universidade Federal (Ciências da Natureza – Biologia, Física e Química; Filosofia – Licenciatura; Geografia – Licenciatura; História – Licenciatura; Letras – Espanhol e Português como Línguas Estrangeiras; Matemática – Licenciatura; Química – Licenciatura), a partir das informações constantes no Projeto Pedagógico destes cursos, e disponibilizado no endereço eletrônico oficial da instituição. Deste modo, objetiva-se identificar componentes curriculares e conteúdos pertinentes à educação inclusiva nos currículos dos cursos responsáveis por formar os profissionais da docência nessa instituição, bem como compreender como estes conteúdos estão contemplados nesses currículos.

A coleta de dados consiste na análise destes documentos, tendo como objetivo a busca por componentes curriculares e conteúdos pertinentes à Educação Inclusiva. Neste intento, analisaremos os currículos propostos pelos cursos, e de que maneira as propostas voltadas para a educação inclusiva se revelam nestes documentos. Após detectados os componentes curriculares que contemplam conteúdos pertinentes à educação inclusiva, realizaremos análise dos Planos de Trabalho Docente referentes a estes componentes.

A pesquisa será de natureza qualitativa, e quanto aos procedimentos de coleta, se utilizará a pesquisa bibliográfica e documental como referenciais, uma vez que além da bibliografia pertinente ao tema pesquisado, também serão analisados os Projetos Pedagógicos, que constituem-se como importantes documentos normativos dos cursos de graduação.

3 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

3.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ATUALIDADE: REFLEXÕES A PARTIR DO CENÁRIO EDUCACIONAL BRASILEIRO

Para que haja maior conscientização e conhecimento quanto à realidade vivida pelas pessoas com deficiência, é fundamental que se conheça e se conviva com as diferenças. Ao analisarmos o cenário atual, evidenciam-se os progressos ocorridos em alguns aspectos concernentes à educação inclusiva, entretanto, o trajeto até a garantia de uma escola competente em trabalhar com a diversidade humana, é longo e espinhoso. Neste contexto, é fundamental a compreensão de educação enquanto direito de todos, e a busca por referenciais teóricos e metodológicos que possibilitem a garantia deste direito deve ser constante, de modo a favorecer a construção de espaços escolares que tenham como prioridade a concretização dos princípios e valores postulados pela educação inclusiva.

A educação é um direito humano, fundamental e, portanto, deve ser colocado à disposição de todos os seres humanos. Assim, é óbvia a conclusão de que as pessoas com deficiência também são seus titulares [...]
Quando se fala em educação inclusiva, em direito de acesso à mesma sala de aula das demais crianças e adolescentes, o objetivo é simplesmente garantir às pessoas com deficiência o acesso a esse direito humano, comum e fundamental. (FAVERO, 2007 p. 18)

Neste sentido, a Lei Nº 12.796 de 04 de Abril de 2013, que alterou dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei Nº 9394/96, tratou de garantir a obrigatoriedade dos sistemas de ensino em assegurar princípios norteadores de uma educação verdadeiramente inclusiva:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)
I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. (BRASIL, 2013).

Entretanto, não basta apenas a escola construir um espaço de promoção da inclusão, é preciso que toda a sociedade compreenda a necessidade de se consolidar ações inclusivas, e para isso é fundamental a promoção de políticas públicas voltadas para a valorização da diversidade humana. Deste modo, compreende-se a importância da busca por uma inclusão plena, que reivindique uma formação humana pautada no crescimento crítico e criativo do indivíduo. Incluir é garantir os meios para que o desenvolvimento global do ser humano ocorra, respeitando-se suas limitações e, principalmente, valorizando suas potencialidades.

O cenário da educação pública no país, demonstra que ainda não se conseguiu eleger a educação como seu principal foco de investimento e desenvolvimento, o que dificulta severamente a construção de políticas públicas voltadas para a consolidação de uma educação pública de qualidade. Entretanto, no campo da legislação tem se percebido progressos, sobretudo no que concerne ao reconhecimento da importância de se garantir o acesso e o atendimento educacional especializado, como determinantes para a efetivação de uma educação que se pretenda verdadeiramente inclusiva. Neste sentido, a Lei Nº 13.005 de 25 de Junho de 2014, que aprovou o Plano Nacional da Educação, estabelece como suas diretrizes:

Art. 2º São diretrizes do PNE:

I – [...]

II – [...]

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV – [...]

V – [...]

VI – [...]

VII – [...]

VIII – [...]

IX – [...]

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental. (BRASIL, 2014).

Além disso, o mesmo Plano Nacional da Educação tem como uma de suas metas:

Meta 4: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Embora a legislação, no que tange à inclusão das pessoas com deficiência à instituições de ensino regular, tenha avançado de maneira significativa na garantia dos direitos educacionais, é preciso considerar que os investimentos necessários à consolidação das normativas preconizadas pela legislação não foram realizados, de modo que a teoria legislativa é absolutamente divergente da prática realizada em âmbito escolar, o que contribui para a frustração e desmotivação daqueles que ainda acreditam que a inclusão escolar deva ser realizada de forma ampla e urgente em todas as redes de ensino. Sendo assim, é fundamental a compreensão quanto à imprescindibilidade de se consolidar a estruturação administrativa e pedagógica de escolas que priorizem a diversidade enquanto condição humana para o desenvolvimento pleno e autônomo.

É preciso ponderar, também, sob a dificuldade que a sociedade, de modo geral, tem para a aceitação de uma acessibilidade plena e irrestrita. É preciso considerar que vivemos em um modelo societário que se alimenta da exclusão e da discriminação, e em que a desigualdade é componente fundamental para se manter privilégios arraigados há séculos e que se introjetaram de tal modo no imaginário das pessoas, que sua existência e perpetuação foram naturalizados, como se a violência projetada por essas desigualdades fosse normal, e que aceitá-las é o único caminho possível. Também nesta perspectiva, podemos ponderar o papel que o sistema capitalista exerce na configuração do ideário social, uma vez que a subjetividade e sensibilidade são desvalorizadas e rechaçadas enquanto aspectos da condição humana, ou seja, para o sistema o que importa é o que produzimos enquanto trabalhadores expropriados dos meios de produção. Neste sentido Mézáros (2008, p. 35), aponta que:

O impacto da incorrigível lógica do capital sobre a educação tem sido grande ao longo do desenvolvimento do sistema. [...] É por isso que hoje o sentido da mudança educacional radical não pode ser senão o rasgar da camisa de força da lógica incorrigível do sistema: perseguir de modo planejado e consistente uma estratégia de rompimento do controle exercido pelo capital, com todos os meios disponíveis, bem como com todos os meios ainda a ser inventados, e que tenham o mesmo espírito.

Deste modo, o autor defende que a atualidade é marcada por uma condição de desumanizante alienação (MÉSZÁROS, 2008, p. 59). Esta reflexão é fundamental para compreendermos a real dimensão de uma concepção de educação que está a serviço do capital e não das pessoas. Uma educação que não tem contribuído para superar as discriminações baseadas nas mais variadas deficiências, uma vez que compreende as pessoas com alguma deficiência como menos aptas, incapazes de viver uma vida plena e feliz. Nesta perspectiva, a pessoa com deficiência é percebida como ser sem autonomia, provocando a desumanização de todo indivíduo que não se encaixa no padrão

corporal inventado pela mesma lógica doentia, ou seja, existe uma padronização do que seria o corpo perfeito e se, de alguma maneira, o indivíduo não se enquadra neste modelo, não possui os atributos necessário para ser aceito como normal. E nesta sociedade obcecada pela normalização das formas, se não é “normal”, não é aceitável.

É preciso considerar que a escola enquanto espaço historicamente construído, que produz e é produzida socialmente, transforma-se ao longo do tempo. Tem como características a mutabilidade e flexibilidade, constructo e construtora da realidade social na qual esta inserida e reflexo de seu tempo. Neste sentido, as categorias que compõem a realidade, também devem ser percebidas a partir de sua mutabilidade e efemeridade, e não como determinações estanques.

O regular, ao invés de ser uma categoria historicamente construída, passa a ser um produto pronto, eterno, imutável e universal. Em sua inflexibilidade, torna-se inquestionável, e a escola o vai reproduzindo, de forma mecânica, como um padrão, um modelo a ser seguido e copiado.
A escola regular busca, muitas vezes, anular diferenças, padronizar e modelizar, excluindo, assim, quem não cabe em seus parâmetros. (SANTOS, 2011, p. 149)

A história da educação brasileira é marcada pela desigualdade. Durante séculos, o acesso à escola foi restrito às elites, e só muito recentemente ocorreu a democratização do acesso ao espaço escolar. No que concerne a garantia do acesso à escola às pessoas com deficiência, esta democratização é algo ainda mais recente, pois foi a constituição de 1988 que prevê a obrigatoriedade do estado em garantir o atendimento aos estudantes com deficiência.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
[...]
III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
[...]

(BRASIL, 1988)

Entretanto, apesar das garantias emanadas pela legislação, as dificuldades impostas pelo descaso do poder público com a educação são evidentes. Muitos são os fatores que contribuem para as dificuldades em se concretizar um processo educativo inclusivo, em que consiga efetivamente garantir uma prática pedagógica voltada para a valorização da diversidade. Sendo assim, é evidente a necessidade de se adequar a realidade imposta hoje nas escolas para se realizar uma inclusão que priorize o bem estar e desenvolvimento dos educandos. Entretanto, estas adequações exigem mudanças na

realidade escolar, de modo a se possibilitar um processo de inclusão pautado pela responsabilidade e compromisso de todos os atores envolvidos neste processo.

De modo geral, o que se percebe é que a legislação, no que tange à inclusão dos portadores de necessidades especiais, avançou de maneira significativa na garantia dos direitos educacionais, entretanto os investimentos necessários à consolidação das normativas preconizadas pela legislação não foram realizados, de modo que a teoria legislativa é absolutamente divergente da prática realizada em âmbito escolar, o que contribui para a frustração e desmotivação daqueles que ainda acreditam que a inclusão escolar deva ser realizada de forma ampla e urgente em todas as redes de ensino.

Percebe-se que ainda são poucas escolas que possuem ambiente verdadeiramente acessível, já que são grandes as dificuldades impostas à instituição escolar no desenvolvimento de práticas que possibilitem um processo inclusivo produtivo e de qualidade. Sendo assim, a acessibilidade ainda esta num horizonte longínquo e de difícil alcance, pois embora exista todo um discurso político e social que enaltece a importância da acessibilidade e até existam ações para que se avance nesta área, a realidade é que caminhamos a passos muito lentos, principalmente se considerarmos a urgente necessidade de políticas efetivas de inclusão das pessoas com deficiência no contexto da escola regular e no mercado de trabalho, inclusive como forma de possibilitar a existência autônoma e emancipada destas pessoas.

A educação é uma prática social cujo fim é o desenvolvimento do que na pessoa humana pode ser aprendido entre os tipos de saber existentes em uma cultura, para a formação de tipos de sujeitos, de acordo com as necessidades e exigências de sua sociedade, em um momento da história de seu próprio desenvolvimento. A educação atua sobre a vida e o crescimento da sociedade, no desenvolvimento de suas forças produtivas e no desenvolvimento de seus valores culturais. Deste modo, é dever da escola contemplar práticas que promovam a inclusão e possibilitem as pessoas com necessidades específicas o acesso e a permanência no ambiente escolar.

Não devemos alimentar a ilusão de que há ou deveria haver uma educação ideal, perfeita, apropriada a todos os homens indistintamente, o que de fato ocorre é que cada tipo de sociedade real, histórica, cria e impõe o tipo de educação de que necessita. Neste sentido, a escola sempre esteve a serviço das elites e dos poderosos. O processo de democratização do acesso à escola é ainda muito recente, e esta peculiaridade deve ser considerada quando se analisa a questão da inclusão escolar, pois a escola é ainda um ambiente muito segregador e excludente, as diferenças causam insegurança e receio, por

isso, a opção de muitas escolas em simplesmente negligenciar as necessidades específicas de seus alunos.

Adaptar a escola para receber de maneira digna as pessoas com necessidade específicas torna-se imprescindível se considerarmos que a educação viabiliza e produz agentes de mudança, promotores do desenvolvimento, que contribuem para o processo de constante transformação e mutação que ocorre na esfera educacional. Portanto, a inclusão escolar é também determinante para se transformar a sociedade de modo geral.

A palavra “reinventar” adquire um significado especial quando relacionada à educação. Pois sendo a educação uma invenção humana, temos a oportunidade de aperfeiçoá-la, melhorá-la, modificá-la e transformá-la em algo diferente de tudo o que já fizemos, aliás, transformação e mutação também são conceitos muito bem quistos quando se trata de educação.

O ambiente pedagógico tem de ser lugar de fascinação e inventividade. Não inibir, mas propiciar, aquela dose de alucinação consensual entusiástica requerida para que o processo de aprender aconteça como mixagem de todos os sentidos. [...] Que ela venha acompanhada de sensação de prazer não é, de modo algum, um aspecto secundário. (ASSMANN, 2012, p. 29)

A educação existe na sociedade, é dela que surgem as metodologias e práticas utilizadas na estruturação das concepções educativas, e é também para a sociedade que a educação trabalha como mediadora e construtora na tarefa de preparar pessoas para a vida social, portanto a educação é feita por todos e para todos. A participação popular é fundamental e imprescindível para o sucesso da educação escolar, sem ele a educação seria obsoleta e inerte, e sendo assim, pode-se dizer que acreditar na educação é acreditar no ser – humano.

A inclusão escolar de pessoas com deficiência em instituições de ensino regular apresenta-se como projeto necessário para maior desenvolvimento e igualdade social, pois viabiliza maior integração e interação, contribuindo para o desenvolvimento de potencialidades e minimizando a percepção negativa e o preconceito que estes sofrem da sociedade de um modo geral. Contudo é necessário atentar para o fato de que, embora a proposta seja absolutamente necessária, sua viabilização é bastante complexa, o que contribui para a percepção que se tem hoje dentro das escolas, de que na teoria é tudo muito bonito, porém na prática simplesmente não acontece.

O que se percebe hoje é que as escolas não estão realmente preparadas para receber um aluno com necessidades especiais, visto que não possuem estrutura física

adequada e nem uma proposta pedagógica que contemple a inclusão de forma a facilitar e incentivar sua realização.

No que se refere aos educadores, o quadro não é muito diferente, pois a grande maioria não possui formação específica para trabalhar com pessoas com deficiência e diante do despreparo acabam se omitindo e/ou sendo indiferentes a situação daqueles alunos que requerem um atendimento diferenciado.

Deste modo, a realidade atual nos mostra que os alunos com necessidades educacionais especiais acabam sendo excluídos e segregados dentro do próprio ambiente escolar onde, infelizmente, nem mesmo os profissionais que deveriam proporcionar, motivar e efetivar seu processo educacional acreditam que seja benéfico para eles estar matriculado numa instituição de ensino regular.

Entretanto, podemos considerar que com o desenvolvimento de políticas públicas que tenham como característica a seriedade e a concretização do que representa a inclusão, e com o desenvolvimento de ações pedagógicas comprometidas com a valorização das diferenças presentes na escola, será possível realizar um trabalho digno e de qualidade proporcionando aos alunos um ambiente de integração, interação e cooperação.

3.2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Muitas são as barreiras que dificultam o sucesso da efetivação de uma perspectiva inclusiva na escola, e a deficiência na formação de professores é uma delas. O desconhecimento por parte do docente dos princípios e valores defendidos pela educação inclusiva, pode influenciar de maneira determinante a forma como este profissional pautará sua atuação no que concerne ao atendimento de alunos com deficiência.

Sendo assim, uma sólida formação inicial pode garantir o entendimento quanto à necessidade que se efetive uma prática pedagógica que valorize a diversidade e sua contribuição para a pluralidade e riqueza humana, assim como é preciso que os conteúdos curriculares sejam refletidos e problematizados, pois as práticas pedagógicas realizadas no contexto escolar ainda carecem de maior entendimento e reflexão crítica acerca da acessibilidade.

Não basta, porém, apenas oferecer aos alunos o acesso à escola. Necessário se faz ministrar um ensino que seja de qualidade para todos, que atenda às reais

necessidades dos educandos. Em outras palavras, deve existir abertura para um trabalho pedagógico efetivo com a diferença presente nos educandos, em geral. Para tanto, é imprescindível investir – dentre outros fatores – na formação inicial dos profissionais de educação para atuação com a diversidade do alunado, incluindo nesse contexto os educandos que apresentam deficiência, altas habilidades/ superdotação e transtornos globais do desenvolvimento. (MARTINS, 2012, p. 35)

A formação inicial deve propiciar a base onde se sustentará a construção de conhecimentos imprescindíveis para a atuação docente a partir de uma perspectiva inclusiva, de modo que este possa trabalhar de forma autônoma com as diferenças e contribuir para a superação das muitas formas de exclusão presentes no ambiente escolar.

Mesmo após décadas de promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Nº 9.394/96, a educação inclusiva ainda constitui-se como uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos docentes, sobretudo devido a inabilidade em reconhecer as potencialidades dos alunos com deficiência.

Esta incapacidade em saber trabalhar com as deficiências, fruto, de uma formação precária e insuficiente neste aspecto, também resulta em resistência por parte do professor em efetivar uma prática pedagógica inclusiva, pois este, por se sentir inseguro e inapto frente as demandas que a educação inclusiva requer, prefere assumir um posicionamento contrário a presença das pessoas com deficiência na escola. Embora a inclusão escolar não dependa somente de professores capacitados, uma vez que toda a estrutura escolar precisa estar condizente com os princípios inclusivos, um docente bem preparado para trabalhar com competência as especificidades apresentadas pelos alunos, é determinante para o sucesso do processo de aprendizagem. Neste sentido a Resolução CNE/CP Nº 1/2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, nos curso de licenciatura, estabelece que:

Art. 2º A organização curricular de cada instituição observará, além do disposto nos artigos 12 e 13 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, outras formas de orientação inerentes à formação para a atividade docente, entre as quais o preparo para:

- I - o ensino visando à aprendizagem do aluno;
 - II - **o acolhimento e o trato da diversidade**; (grifo nosso)
 - III - o exercício de atividades de enriquecimento cultural;
 - IV - o aprimoramento em práticas investigativas;
 - V - a elaboração e a execução de projetos de desenvolvimento dos conteúdos curriculares;
 - VI - o uso de tecnologias da informação e da comunicação e de metodologias, estratégias e materiais de apoio inovadores;
 - VII - o desenvolvimento de hábitos de colaboração e de trabalho em equipe.
- (BRASIL, 2002)

A instituição escolar deve ter como uma de suas preocupações, a garantia de condições para que os docentes reflitam sob seu fazer pedagógico, de modo a possibilitar uma atuação pautada pelo compromisso em estimular a emancipação de seus alunos, não apenas respeitando as diferenças, mas valorizando as especificidades como riquezas da diversidade humana. Compreender que a inclusão não é um processo fácil e indolor, mas ao contrário, configura-se como um constructo complexo, que requer rupturas com o modo de entender o mundo, exige persistência na busca por se romper com os preconceitos e estereótipos que dificultam a efetivação de um espaço verdadeiramente inclusivo.

Neste sentido, é preciso ressaltar que, embora existam professores altamente capacitados e comprometidos com a efetivação dos princípios que norteiam a inclusão escolar, sua atuação muitas vezes esbarra nos limites impostos pela falta de investimentos na área. E mesmo que o professor possua formação na área e esteja munido de fundamentação teórica e prática para executar de maneira competente e responsável seu trabalho, ainda assim ele enfrentará as agruras impostas por um sistema educacional que não consegue considerar e valorizar o ser humano em sua plenitude.

É fundamental que se reconheça que a inclusão escolar perpassa pela necessidade de professores preparados para atuar de forma responsável e comprometida com a diversidade. Entretanto esta formação precisa ser pensada à luz dos constantes desafios impostos aos educadores pela realidade na qual a educação brasileira está inserida, pois são muitas as variáveis que interferem na prática docente, e muitas destas variáveis relacionam-se com ambientes extra-escola, de modo que não seja possível separar as dinâmicas escolares das transformações sociais mais amplas. Por isso, a importância de se reconhecer as dificuldades existentes para a real efetivação da inclusão, seja na escola ou na sociedade, e compreender que a escola, enquanto instituição que reflete a organização social que permeia toda a sociedade, também é um ambiente muitas vezes hostil e indiferente frente às demandas impostas pela diversidade, reproduzindo, inclusive, os preconceitos e as exclusões vividos pelas pessoas que possuem algum tipo de deficiência.

Também neste contexto, podemos perceber que ainda é muito presente nas instituições de ensino brasileiras a predominância de uma pedagogia voltada para uma concepção tradicional de educação, onde o professor ainda é compreendido como detentor de todo conhecimento e o aluno mero receptor de todos os saberes que o mestre se dispõe a lhe ensinar. Esta concepção tradicionalista do processo educativo contribui

para a dificuldade ou mesmo impossibilidade de uma interação satisfatória entre professor aluno, fomentando um distanciamento que no contexto da educação inclusiva se faz ainda mais nocivo e prejudicial. Assim, é preciso pensar em um processo de inclusão voltado para o entendimento da necessidade de se criar um espaço na escola em que o professor seja ouvido sobre sua experiência de ensinar, sob as dúvidas e anseios que cercam seu fazer pedagógico e sobre a solidão e inseguranças que cercam sua atividade profissional, contribuindo para a consolidação de uma práxis pedagógica reflexiva e libertária.

Com base nos princípios da escola inclusiva, a formação dos professores só poderá acontecer inscrita no espaço coletivo, que possibilitará uma mudança de cultura na escola, criando mecanismos para o desenvolvimento de uma cultura colaboradora, em que a reflexão sobre o próprio trabalho pedagógico seja um de seus componentes. (FIGUEIREDO, 2011, p. 144).

Para mudar este quadro de incerteza e insegurança, é determinante a capacitação docente, no sentido de garantir uma formação que possibilite a conscientização quanto a impotência da inclusão não apenas como forma de humanizar a escola, mas como forma de transformar a sociedade. É imprescindível um maior conhecimento quanto aos princípios da inclusão, pois é por meio de qualificação que se constroem os conhecimentos necessários para o planejamento e concretização de práticas pedagógicas positivas e produtivas. Através da ampliação e consolidação de conhecimento , existe maior possibilidade de transformação profissional e pessoal, de modo que se supere o receio e a insegurança.

Neste sentido, podemos considerar que a educação inclusiva é um grande desafio para os profissionais que atuam em âmbito escolar, e não somente para os professores. Todos os atores que compõem o espaço educativo devem estar comprometidos com os princípios emanados pela inclusão escolar, de modo a superar a política de exclusão e segregação que se convencionou vivenciar nas escolas. É preciso transformar os avanços na legislação em estratégias que possibilitem progressivas mudanças institucionais, de modo a garantir praticas pedagógicas cada vez mais inclusivas. De acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001, p. 26-27),

A inclusão escolar constitui uma proposta que representa valores simbólicos importantes, condizentes com a igualdade de direitos e de oportunidades educacionais para todos, mas encontra ainda sérias resistências. Estas se manifestam, principalmente, contra a ideia de que todos devem ter acesso garantido à escola comum. A dignidade, os direitos individuais e coletivos garantidos pela Constituição Federal impõem às autoridades e à sociedade brasileira a obrigatoriedade de efetivar essa política, como um direito público

subjetivo, para o qual os recursos humanos e materiais devem ser canalizados, atingindo, necessariamente, toda a educação básica.

Atualmente, percebe-se que o processo de ensino aprendizagem desenvolvido nas instituições escolares possui princípios da classificação e punição como norteadores, ou seja, o aprender adquire aspecto excludente e segregacionista, uma vez que contribui para as desigualdades e discriminações que acontecem nas instituições escolares. Sendo assim, estar na escola precisa representar para os alunos muito mais do que decorar conteúdos, é preciso que se crie e consolide uma cultura escolar voltada para a construção de aprendizagens significativas.

Assim, a inclusão de alunos com deficiência é fundamental para que construam relações mais democráticas e horizontalizadas, uma vez que as diferenças em sala de aula, podem contribuir para a ressignificação dos valores sociais, e a compreensão da diversidade enquanto riqueza humana.

A aprendizagem significativa está diretamente relacionada à interação entre professor-aluno-conhecimento, pois o conhecimento não acontece por meio de conteúdos mecanicamente decorados, mas através do compartilhamento de conhecimentos entre professor-estudante, que permite ao educando construir sua própria rede de significados. A aprendizagem significativa, no contexto da educação inclusiva, deve ser coerente, e priorizar o ensinar a partir da imaginação e do trabalho criativo, pois o processo educativo possui intrínseca ligação com a essência humana.

Assim, a mediação e o compartilhamento se tornam mecanismos fundamentais do processo de ensino aprendizagem, justamente por representarem o processo que se estabelece entre sujeitos que constroem conhecimentos e significados a partir da troca de experiências e aprendizagens. Na escola, compartilhando e partilhando saberes se entende o mundo e suas significações, assim como se compreendem as representações hegemônicas do real, que mantêm o *status quo* de uma sociedade injusta e desigual.

Neste sentido, a aprendizagem significativa pode contribuir para a educação para a formação dos sentidos, ou seja, um ensino pautado no compromisso de capacitar os indivíduos para a leitura e interpretação dos múltiplos códigos sociais, pois é preciso educar para o desenvolvimento de um olhar crítico que compreenda que os significados culturais estão intrinsecamente ligados às relações sócio-políticas-culturais específicas do modelo de sociedade na qual vivemos. Buscando superar a lógica da padronização social, compartilhando experiências e vivências que são inerentes aos sujeitos, suas subjetividades e limitações compreendidas como formas únicas de existência, e desenvolvendo consciências críticas sob as diferenças e suas implicações sociais.

Na educação inclusiva, a importância de um processo educativo pautado na construções de aprendizagens significativas , também pode ser percebida nas práticas desenvolvidas em âmbito escolar, pois estas precisam possibilitar a interpretação e aproximação dos conteúdos à realidade vivida pelo educando, já que a percepção e a capacidade interpretativa da realidade não é alheia ao tempo na qual está sendo realizada. Existem motivações e interesses que compõem essas interpretações, e o ensino desenvolvido nas escolas necessita capacitar os indivíduos para compreenderem criticamente o que se produz, e também para produzirem criticamente. Esta preocupação com a criticidade do ensino que deve pautar toda ação docente, deve ser uma constante também na educação inclusiva, pois é preciso superar o entendimento de que o aluno com deficiência não tem capacidades de construir entendimentos significativos, pois “todo ser humano é capaz de aprender, desde que estimulado e devidamente mediado”. (PIMENTEL, 2012, p. 145).

Para Rancière (1995, p. 7) Partilha do sensível “é o modo como se determina no sensível a relação entre um conjunto partilhado e a divisão e partes exclusivas”, partindo desta definição, podemos delimitar, portanto, que a mediação é um conceito fundamental para se concretizar a partilha do sensível, pois partilhar é receber e distribuir, o que no contexto educacional pode ser representado pela relação de trocas de experiências e conhecimentos entre educandos e educadores.

Deste modo, compreende-se a imprescindibilidade do professor imbuir-se do papel de mediador na relação estabelecida entre o aluno e o conhecimento, contribuindo para a compreensão da realidade e subjetividades que compõem o cotidiano humano.

O professor , que compreende seu papel de mediador e ciente da importância do compartilhamento de conhecimentos, viabiliza a formação voltada para o desenvolvimento dos sentidos humanos, que aguça o pensamento emancipado e crítico, e que vivencia o processo avaliativo como conhecimento-ação, ou seja, que não limita o contato entre aluno e conteúdo à mera mecanização e artificialidade.

Além disso, o docente deve apontar caminhos para que seus alunos formulem significados, conexões e relações com o conteúdo estudado, e construam, a partir dos conhecimentos compartilhados, suas interpretações do mundo e da realidade social na qual vivem. O professor deve atuar sempre como facilitador de aprendizagens, como mediador da inclusão do aluno com necessidades específicas, que compromete-se com a superação dos processos de exclusão, e apontam estratégias para concretizar um ambiente escolar mais digno e humanizado.

Deste modo, se reconhece a necessidade de maior capacitação dos docentes, pois é fundamental que os profissionais da educação estejam habilitados a receber alunos com necessidades específicas, e serem capazes de realizar um trabalho verdadeiramente produtivo com esses alunos. A capacitação destes profissionais é imprescindível, inclusive, para o conhecimento quanto à teoria educacional, que se faz fundamental para o planejamento de uma prática pedagógica coerente com a realidade do aluno e da escola na qual está inserida.

Freire (2000, p. 40) defende que a consciência de mundo possibilita uma atitude de mudança no mundo, um ser que não apenas se adapta a este mundo, mas intervém nele. Neste contexto, é imprescindível que toda a escola esteja comprometida com a inclusão, pois deve ser um projeto da instituição, uma vez que ações isoladas e individuais, embora também contribuam para tornar o ambiente escolar mais acessível a grupos com necessidades específicas, não conseguem transformar a realidade consolidada em grande parte das instituições escolares, que é de exclusões e segregações. A inclusão não pode ser compreendida como mera presença física dos alunos, estar na escola não é suficiente para que o aluno esteja incluso aos processos de aprendizagens, e por isso a importância de professores que estejam preparados para trabalhar com as demandas da educação inclusiva, para não se incorrer no risco de limitar a inclusão a um mero lócus de socialização.

É bem verdade que a descoberta da possibilidade de mudar não é ainda mudar. Indiscutivelmente porém saber que, mesmo difícil, mudar é possível é algo superior ao imobilismo fatalista em que mudar é impensável ou em que mudar é pecado contra Deus. É sabendo que, mesmo difícil, mudar é possível, que o oprimido nutre sua esperança. (FREIRE, 2000, p. 99)

Obviamente, são muitas as necessidades de intervenção junto à escola para que sejam concretizadas ações que construam e solidifiquem um ambiente inclusivo, e o docente exerce um papel de destaque neste cenário, pois as políticas de inclusão pensadas e elaboradas, muitas vezes por pessoas que não estão no dia a dia das salas de aulas, dependem do trabalho realizado pelo docente no “chão da escola” para serem executadas. Sem a ação docente, as políticas educacionais de inclusão não passam de letra-morta.

Munido de recursos adequados e de conhecimentos específicos, os docentes podem contribuir de modo determinante para o sucesso da inclusão escolar, planejando e executando propostas que sejam enriquecedoras para o desenvolvimento das potencialidades e aprendizagem dos alunos. Por isso, se faz tão importante que estes

profissionais estejam capacitados adequadamente, inclusive para que sejam capazes de realizar as adaptações de pequeno porte, e que possam cobrar das instâncias responsáveis as adaptações de grande porte.

O ensino de pautado na reflexão crítica, possibilita a experiência de motivação do pensamento, que estimula, sobretudo, a não aceitação de explicações superficiais e que remetem ao passivismo e reprodutivismo de conhecimentos baseados no senso comum. A educação inclusiva deve estar comprometida com o ensinar a pensar, a questionar o mundo e suas estruturas e hierarquias, que, embora aparentemente pareçam naturais, são, na realidade, construções sociais que sempre estiveram a serviço da manutenção do status quo. O ensino comprometido com a transformação social, subverte a lógica vigente e torna os alunos sujeitos de suas ações, protagonistas de suas vidas, e não meros joguetes de um sistema que os quer domesticados, inertes e alienados.

Neste sentido, é urgente a necessidade de que a educação tenha como paradigma maior, além da garantia de acesso aos conhecimento historicamente construídos pela humanidade, a produção de conhecimento que possibilite e enriqueça o desenvolvimento humano e sustentável, o que obviamente representa um grande desafio, que, todavia, não deve ser menosprezado e/ou negligenciado pelas instituições. O processo educativo não pode estar dissociado da realidade social na qual está inserido, o que requer maior envolvimento com os processos sociais, políticos e culturais que permeiam o cotidiano dos indivíduos. É justamente diante dessa realidade que se apresenta complexa que se distingue o papel fundamental que o professor exerce na prática de um processo educacional mais inclusivo.

É fato, porém, que para que o professor possua condições de atuar de forma transformadora junto aos alunos é imprescindível que ele domine as habilidades necessárias à atuação docente competente, e é neste intento que se apresenta a necessidade de uma formação inicial sólida e formação continuada que deve acompanhar seu fazer profissional de forma permanente.

3.3 O PROJETO PEDAGÓGICO COMO INSTRUMENTO DE GARANTIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA FORMAÇÃO DOCENTE

De acordo com o que preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional os estabelecimentos de ensino deverão elaborar e executar sua proposta pedagógica.

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;

II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;

III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;

IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;

V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;

VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

~~VII - informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica.~~

VII - informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola; (Redação dada pela Lei nº 12.013, de 2009)

VIII - notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei. (Incluído pela Lei nº 10.287, de 2001) (BRASIL, 1996)

Deste modo, o Projeto Pedagógico configura-se como a identidade do curso. Não é um documento de mero caráter burocrático, mas construção flexível e contínua, permanentemente (re)elaborada, a partir das necessidades e realidades vivenciadas pelos cursos.

Deste modo, o projeto pedagógico configura-se como instrumento fundamental de garantia de participação democrática e valorização da transparência e comprometimento do curso e da instituição para com a formação de seus alunos. Compreendendo a imprescindibilidade deste documento para a organização curricular do curso e sua execução no decorrer do processo de ensino aprendizagem desenvolvido, percebe-se de maneira mais objetiva a importância de que as orientações e normativas emanadas pelas instâncias superiores sejam respeitadas e contempladas nestes documentos. Os projetos pedagógicos dos cursos devem corresponder à realidade vivida pelos atores que constroem e consolidam o curso em seu cotidiano, seja no aspecto curricular, institucional, administrativo ou pedagógico.

Projetar é organizar com base nos objetivos que se pretende alcançar. O ato de planejar requer reflexão acerca do que e de como se está ensinando, de modo a possibilitar a elaboração de estratégias de ensino que fomentem aprendizagens significativas, e que possam contribuir para a conscientização crítica e emancipatória dos sujeitos.

Ao elaborar o Projeto Pedagógico dos cursos de Formação de professores é preciso considerar, o local onde a atuação destes profissionais se dará, que é, majoritariamente, no ambiente escolar. A função social da escola é de formar sujeitos históricos, possibilitando a construção e a socialização do conhecimento vivo, que se

caracteriza enquanto processo em construção permanente e espaço de inserção dos indivíduos nas relações sociais. Neste sentido, não se pode naturalizar a construção deste documento de forma centralizada, pois é preciso pensar em uma organização que facilite esta elaboração de maneira coletiva e democrática, e contribua para o sucesso das iniciativas realizadas em âmbito acadêmico.

[...] socialização do poder propicia a prática da participação coletiva, que atenua o individualismo; da reciprocidade, que elimina a exploração; da solidariedade, que supera a opressão; da autonomia, que anula a dependência de órgãos intermediários que elaboram políticas educacionais das quais a escola é mera executora.(VEIGA, 2002, p. 18)

A construção do Projeto Pedagógico implica obrigatoriamente na participação de todos aqueles que vivenciam o cotidiano do espaço acadêmico, ou seja, todos devem estar comprometidos com a prática da participação e cooperação para que se efetive o processo de democratização neste ambiente. A construção coletiva voltada para a transformação social contrapõe-se a centralização do poder na instituição, primando pela participação na gestão da instituição e na luta pela superação da forma como a sociedade está organizada.

Administrar para a participação social e para a vivência da autonomia requer alto grau de responsabilidade e comprometimento por parte de todos aqueles que participam da construção do cotidiano dos cursos, contudo é fundamental que se busque a prática destes princípios se quisermos realmente efetivar uma política educacional que possibilite a construção de uma escola pública de qualidade.

No Ensino Superior a construção coletiva que se almeja com a elaboração do Projeto pedagógico possui um sentido explícito, a medida que representa um compromisso mútuo com o posicionamento reflexivo frente as demandas do curso, o que possibilita uma vivência democrática por parte dos atores que compõem o dia a dia da instituição.

É preciso compreender o papel desempenhado pelas universidades na atualidade, e a necessidade de que estas estejam disponíveis para pensar os novos paradigmas, e corroborar para a superação dos preconceitos presentes na sociedade. O profissional que atua no âmbito escolar, deve direcionar sua atuação no sentido de priorizar ações que efetivem a prática socializadora e democrática do conceito de educação. É necessário ter consciência de que muito mais do que um local onde se ensina conteúdos programados e sistematizados, a escola representa um espaço de interação, cooperação, solidariedade e trocas de experiências, onde o diálogo e a capacidade de ouvir e compreender o próximo se fazem mecanismos imprescindíveis para o sucesso da prática educativa.

O cenário da atualidade requer da universidade, não apenas excelência na formação de seus estudantes, mas também ações que sejam representativas dos dilemas contemporâneos. As instituições de ensino configuram-se como espaços onde o pensamento e a aprendizagem devem ser direcionados de modo a incentivar o educando a construir o sentimento e o desejo de entender o mundo que o cerca, compreender os mecanismos de nossa sociedade e adquirir a consciência de que todo cidadão é capaz de fazer a diferença e atuar de maneira a enriquecer e/ou melhorar a comunidade, cidade, estado e país do qual faça parte.

O Projeto Pedagógico do curso, por caracterizar-se como documento normativo que orienta quanto aos caminhos seguidos pelo curso, também contribui para a conscientização de que mais do que ensinar conteúdos e preparar para o mercado de trabalho, a atuação do educador deverá estar pautada em princípios que viabilizem uma prática voltada para o educar para a paz, para a justiça social, para o respeito aos direitos humanos e para a diversidade e pluralidade cultural, contribuindo para a construção de consciências críticas, responsáveis, democráticas e participativas, aptas a vivenciar a liberdade de pensamento e de livre expressão e capazes de atuar e transformar a realidade do meio em que vivem.

De acordo com Mantoan (2011, p. 61), uma escola de qualidade caracteriza-se por configurar-se como espaços de construção de personalidades humanas autônomas. A educação sofre exigências sociais de formação de tipos concretos de pessoas na e para a sociedade. São, portanto, modos próprios de educar – por isso, diferentes de uma cultura para outra – necessários à vida e à reprodução da ordem de cada tipo de sociedade, em cada momento de sua história. Não se trata de analisar a educação sob um ângulo abstrato, mas entende-la como uma inevitável prática social que reproduz tipos de sujeitos sociais. A educação existe e co-existe dentro dos conceitos de sociedade e cultura, sofrendo influências e influenciando determinações, exigências, princípios e controles sociais, e o Projetos Pedagógicos das instituições de ensino devem refletir isso.

O Projeto Pedagógico do curso caracteriza-se, também, pelo seu caráter de incompletude. De modo que, requer sempre revisão, reavaliação, reconfiguração. De acordo com Gadotti,

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. (1994, p. 579)

Sendo assim, cabe à universidade refletir sobre sua finalidade e realidade. Por configurar-se como espaço social privilegiado que visa o avanço e desenvolvimento humano, exige-se que esteja a frente dos processos de transformações sociais, pois como espaço de conhecimento e reflexão deve priorizar a superação de estereótipos arraigados no imaginário social, bem como possibilitar um processo de ensino pautado na valorização e respeito à diversidade. Neste sentido, ao se pensar a construção dos documentos que nortearão a formação docente na instituição (os Projetos Pedagógicos de cada curso) deve-se considerar que o aluno não pode ser visto como elemento passivo e nem o professor como simples difusor de um conhecimento supostamente definitivo. O professor deve ser catalisador do processo que procura resgatar as concepções espontâneas de seu educando.

É através dessa relação que se amplia a construção do saber, levando professor e aluno também à condição de produtores de conhecimento, ou seja, todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem, são sujeitos ativos na construção de saberes e conhecimentos. Assim, a instituição deve pautar sua organização na busca pela autonomia do aluno em relação à construção do conhecimento e do desenvolvimento de auto-respeito, respeito mútuo, segurança e sensibilidade.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Atualmente a Universidade Federal pesquisada tem sete cursos de graduação, grau licenciatura. Destes, seis iniciaram as atividades no ano de 2015, somente o curso de Ciências da Natureza iniciou suas atividades no ano de 2011. Para esta pesquisa utilizou-se as informações contidas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação, grau Licenciatura, disponíveis no site oficial da instituição.

Todos os cursos de licenciatura possuem carga horária de libras como disciplina curricular obrigatória, em atendimento ao que dispõe o Art. 3º do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que estabelece que:

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º [...]

§ 2º [...]

Entretanto estes componentes, de acordo com a ementa que consta nos Projetos Pedagógicos dos cursos, tratam especificamente sob os fundamentos filosóficos e sócio históricos da educação de surdos, história da educação de surdos e estudos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais. Deste modo, embora se reconheça a importância da perspectiva inclusiva do componente, por se tratar de disciplina que abordará majoritariamente o ensino de línguas, a carga horária do componente não será considerada para esta análise.

No Plano de Desenvolvimento Institucional da, no subitem intitulado “4.15. Educação Inclusiva e responsabilidade social”, defende-se que:

compreende a educação inclusiva como um dos diversos espectros de integração, observa a necessidade de respeitar a diversidade sócio-político-cultural criando meios de interação em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, além das questões associadas à desigualdade social tão marcante no âmbito da América Latina e Caribe. Para tanto, serão utilizados variados procedimentos com o intuito de contribuir para o desenvolvimento dos estudantes, considerando suas particularidades históricas, sociais e culturais. (Universidade, 2013, p. 24-25)

Neste sentido, compreende-se que a educação inclusiva faça parte do escopo formativo dos estudantes da instituição, de modo que a perspectiva inclusiva deveria compor, de modo substancial e expressivo, os currículos propostos pelos cursos.

Na análise realizada constatou-se que além dos componentes destinados à Libras, os cursos de Filosofia, Matemática e Química ofertam componente denominado “Educação Inclusiva”, com carga horária diversa. O mesmo não ocorre com os cursos de História, Geografia e Letras – Espanhol e Português como Línguas Estrangeiras, já que o Projeto Pedagógico destes cursos não evidenciam componentes obrigatórios que contemplem a educação inclusiva.

[...] muitas instituições de ensino superior não se estruturaram no sentido de oferecer disciplinas e /ou conteúdos relativos ao tema nos seus cursos de licenciatura, enquanto que outras o fazem de maneira precária, através da oferta de disciplina eletiva, ou com carga horária reduzida, ministrada de maneira aligeirada, o que não favorece a aquisição de conhecimentos, o desenvolvimento de destrezas, habilidades e atitudes relativas ao processo de atendimento à diversidade dos educandos.(MARTINS, 2012, p.30)

De acordo com o Regimento Interno da , a Matriz curricular dos cursos será assim constituída:

- Art. 121. Constituirão a matriz curricular dos cursos de graduação da UNILA:
- I. Disciplinas desdobradas de matérias fixadas pelo Conselho Nacional de Educação, quando houver normatização federal para a área;
 - II. Disciplinas obrigatórias, complementares ou não às Diretrizes Curriculares, necessárias à formação profissional do aluno;
 - III. Disciplinas obrigatórias pertencentes ao Ciclo Comum de Estudos;
 - IV. Disciplinas optativas, de livre escolha do aluno, dentro de um elenco pré-estabelecido no currículo ou programa;
 - V. Disciplinas livres, de livre escolha do aluno, dentre os componentes curriculares ofertados pela universidade e com acesso do discente autorizado pelas coordenações dos cursos envolvidos;
 - VI. Estágios curriculares ou extracurriculares, obrigatórios ou não, de acordo com normas emanadas pelo Conselho Nacional de Educação;
 - VII. Atividades complementares;
 - VIII. Trabalhos de conclusão de curso.

A Matriz Curricular dos cursos de graduação é composta, dentre outros componentes, por disciplinas específicas do Ciclo Comum de Estudos. O Ciclo Comum de Estudos contemplam conteúdos relativos ao estudo compreensivo sobre a América Latina e o Caribe; Epistemologia e Metodologia; e Línguas Portuguesa e Espanhola. Assim, salientamos que a ementa dos componentes que compõem o Ciclo Comum de Estudos, foram analisadas para a realização desta pesquisa, entretanto não se constatou, em nenhum destes componentes, conteúdos pertinentes à perspectiva inclusiva.

Para realização desta pesquisa optou-se, também, por excluir as horas destinadas ao estágio curricular, às atividades acadêmicas complementares, aos componentes optativos e livres, além dos componentes que compõem o ciclo comum de estudos.

Assim, verificou-se que o curso de Licenciatura em Filosofia possui, atualmente, 40 componentes obrigatórios que somam 2.040 horas, das quais 28 horas são destinadas a educação inclusiva, se considerarmos somente o componente “Educação Inclusiva”, previsto no 9º Semestre, conforme matriz curricular do curso, em que a ementa evidencia conteúdo pertinente a perspectiva inclusiva. O curso de Matemática possui um total de 36 componentes obrigatórios, que somam 1.898 horas, das quais 57 horas referem-se ao componente “Educação Inclusiva”, constante no 5º semestre do curso, conforme matriz curricular, único componente em que se evidencia a perspectiva inclusiva. O Curso de Química também possui componente intitulado “Educação Inclusiva” no 6º Semestre, com total de 28 horas, único componente em que conteúdos pertinentes à educação inclusiva são percebidos.

Os cursos de Letras – Espanhol e Português como Línguas Estrangeiras, História e Geografia não possuem componentes que explicitem em suas ementas a abordagem da perspectiva inclusiva no rol de componentes obrigatórios.

O Projeto Pedagógico do curso de Curso de Ciências da Natureza – Biologia, Física e Química não foi analisado, pois não encontra-se disponível no site oficial da universidade pesquisada.

Quadro 1 - descritivo contendo cargas horárias destinadas à educação inclusiva na estrutura curricular dos cursos de graduação, grau licenciatura da Universidade Federal

CURSO	CARGA HORÁRIA TOTAL	CARGA HORÁRIA DE COMPONENTES QUE CONTEMPLAM A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO EMENTÁRIO*	TOTAL DE COMPONENTES OBRIGATÓRIOS**	TOTAL DE COMPONENTES QUE CONTEMPLAM A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO EMENTÁRIO
Ciências da Natureza – Biologia, Física e Química***	-----	-----	-----	-----
Filosofia	3.273 horas	28 horas	40	1
Geografia	3.329	0	31	0
História	3.173	0	28	0
Letras – Espanhol e Português como Línguas Estrangeiras	3.202	0	32	0
Matemática	3.230	57 horas	36	1
Química	3.159	28 horas	40	1

Fonte: a autora.

* Para este cálculo excluiu-se a carga Horária destinadas aos componentes Libras I e Libras II.

** Para este cálculo excluiu-se a carga Horária destinada as Atividades Acadêmicas Complementares, Estágio Supervisionado, Componentes optativos, Componente Livres e Ciclo Comum de Estudos.

*** O Projeto Pedagógico do curso de Ciências da Natureza – Biologia, Física e Química não está disponível no site oficial da universidade, por isso não foi analisado para a realização desta pesquisa.

Os dados colhidos demonstraram as similaridades existentes entre os cursos, principalmente quanto a carga horária destinada à conteúdos da educação inclusiva. Assim, percebeu-se a existência de dois grupos: os cursos que possuem um componente específico em que se abordam conteúdos relativos à educação inclusiva; e os cursos que não possuem nenhum componente obrigatório que contemple conteúdos pertinentes a perspectiva inclusiva. Considerando-se que os Projetos Pedagógicos do curso configuram-se como registro normativo acerca das diretrizes adotadas pelos cursos, evidencia-se que a carga horária destinada à educação inclusiva é reduzida. Embora grande parte dos cursos possua um componente específico voltado para os conteúdos pertinentes a temática da inclusão, constatou-se que esta discussão fica restrita a este componente, e não é trabalhada de forma transversal por nenhum dos cursos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a realização da presente pesquisa buscou-se o desenvolvimento de uma análise criteriosa acerca dos Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação, grau licenciatura de uma Universidade Federal. Na busca por se compreender, sobretudo, os aspectos formativos voltados para a educação inclusiva, os textos que compõem os documentos assim como a Matriz Curricular de cada curso, foram considerados no objetivo de se traçar um panorama de como a inclusão é contemplada por cada curso.

É preciso considerar, obviamente, as dificuldades em concretizar a inclusão escolar de maneira efetiva e consistente, sem que a escola possua estrutura física, administrativa e pedagógica para possibilitar e garantir as adequações necessárias para que realmente se consolide o desenvolvimento das capacidades cognitivas, físicas e emocionais do alunado. Entretanto, o papel desempenhado pelos professores na busca por se tornar o ambiente escolar mais inclusivo, é determinante.

Deste modo, compreendemos que uma formação adequada poderá possibilitar uma atuação pedagógica mais assertiva e confiante, de maneira que o docente seja motivado a repensar constantemente sua prática pedagógica. Assim, poderá trilhar novos caminhos que oportunizem o aguçamento do senso crítico, da criatividade e a expressividade dos educandos, instrumentalizando-os para uma vivência digna e feliz.

Enquanto instituição de ensino superior, que tem o compromisso de formar o indivíduo para a vida em sociedade, e que se propõe a formar profissionais aptos a atuar no ambiente escolar de forma produtiva e transformadora, a, por meio de seus cursos de graduação, deve preocupar-se não apenas em fomentar iniciativas no intento de se garantir o acesso e permanência de seus estudantes, mas em possibilitar uma formação que realmente possibilite uma atuação transformadora junto a sociedade. Não basta apenas a escola construir um espaço de promoção da inclusão, é preciso que toda a sociedade compreenda a necessidade de se consolidar ações inclusivas, e para isso é fundamental que as instituições de ensino superior estejam, também, engajadas na promoção e consolidação de currículos que contemplem a valorização da diversidade humana.

Deste modo, compreendemos a imprescindibilidade de que as temáticas inerentes aos princípios propostos pela educação inclusiva estejam presentes nos projetos pedagógicos dos cursos de formação de professores, uma vez que estes educadores serão os responsáveis, juntamente com os demais atores que constroem cotidianamente a realidade escolar, por concretizar um processo de ensino aprendizagem pautado na valorização das diferenças e do reconhecimento das múltiplas possibilidades de aprendizagens. Sem conhecimento e capacitação adequada para trabalhar as

prerrogativas emanadas pela educação inclusiva, torna-se mais complexa a tarefa do educador em transformar efetivamente o contexto social, e possibilitar avanços no que se refere a superação de práticas e posturas preconceituosas e discriminatórias.

De acordo com os dados analisados para realização desta pesquisa, constatou-se que a carga horária destinada à componentes que contemplem conteúdos da educação inclusiva é relativamente pequena. Embora todos os cursos atendam ao que determina o Decreto nº 5626/2005, e ofertem componentes específicos de Libras, acreditamos não ser suficiente para uma formação que se pretenda inclusiva.

A construção de uma educação verdadeiramente democrática, comprometida com a construção de uma realidade social mais justa e igualitária, requer compromisso com ações que possibilitem mudanças que embora pareçam pontuais, constituem-se em importantes dispositivos com potencial para transformar estruturalmente uma realidade.

É nesta perspectiva que compreendemos a importância de um Projeto Pedagógico que abranja os valores propostos pela inclusão, pois embora a existência destes componentes no documento não garanta que estes princípios sejam vivenciados na prática, a inexistência deste tampouco representa que o curso contemple a temática da inclusão. Assim, entendemos que o Projeto Pedagógico deve ser claro em evidenciar uma formação embasada na perspectiva inclusiva, e que em seu conteúdo revele a preocupação com a efetividade de práticas que contribuam determinantemente para tornar a escola um ambiente mais acolhedor e atrativo para pessoas com deficiência.

Nesta perspectiva, acreditamos que os sete cursos de graduação, grau licenciatura, existentes hoje, poderiam apresentar um currículo mais robusto no que concerne aos conteúdos pertinentes à educação inclusiva. Embora a maioria dos cursos possua ao menos um componente específico que aborde o tema, no restante do documento não se constata a alusão a referenciais da educação inclusiva, sobretudo que permitam demonstrar compromisso formativo com a valorização das diferenças e que possibilitem a compreensão das deficiências para além dos estereótipos de limitação e impedimento.

A formação do professor na perspectiva da educação inclusiva é fundamental para se consolidar em âmbito escolar, uma cultura de promoção de conscientização crítica frente aos muitos equívocos que se perpetuaram no processo de inclusão das pessoas com deficiência. Se ainda hoje se percebe o discurso que defende a não inclusão destas pessoas, pois isso seria prejudicial, inclusive para seu próprio desenvolvimento, é porque a inclusão nunca foi tratada como primordial e fundamental pelos sucessivos governos e administradores públicos da educação.

Entretanto, para que o educador possa atuar de modo a romper com este estigma que defende a não presença destas pessoas no espaço escolar, é preciso, antes, que ele mesmo acredite nesta premissa. E somente uma formação sólida e consistente, que tenha a educação inclusiva como um de seus pilares, permitirá ao futuro docente contribuir para a superação da invisibilidade histórica das pessoas com deficiência.

Neste sentido, acreditamos que os Projetos Pedagógicos dos Cursos devam explicitar esta necessidade, não apenas contemplando conteúdos pertinentes a educação inclusiva em mais de um componente curricular, mas tendo a inclusão como tema transversal que permeie e caracterize o processo formativo proposto pelo curso.

REFERÊNCIAS

ASSMANN, Hugo. **Reencantar a educação: rumo à sociedade aprendente**. 12 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasil, 1988.

_____. **Decreto nº 5626 de 22 de dezembro de 2005**. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm>. Acesso em: 20/05/2018.

_____. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Secretaria de Educação Especial - MEC, 2001.

_____. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Lei do Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/2014**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>>. Acessado em: 10/05/2018.

_____. **Lei n. 12.796, de 4 de abril de 2013**: altera a Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília: Planalto Central, 2013.

_____. **Resolução CNE/CP 1/2002, de 18 de fevereiro de 2002**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da educação básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Documento aprovado em 18.02.2002, publicado no DOU em 09.04.2002. 2002a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf>. Acesso em: 18/05/2018.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. Educação Especial: tratamento diferenciado que leva à inclusão ou exclusão de direitos? 2007. In: FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga; PANTOJA, Luísa de Marillac P.; MANTOAN, Maria Teresa Égler. Atendimento educacional especializado: aspectos legais e orientação pedagógica. Brasília - DF: SEESP/SEED/MEC.

FIGUEIREDO, Rita Vieira de. A Formação de Professores para a inclusão dos alunos no espaço pedagógico da Diversidade. In: MANTOAN, Maria Teresa Égler (Org). **O desafio das diferenças nas escolas**. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.p. 141-145.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GADOTTI, Moacir. **Pressupostos do projeto pedagógico**. In. MEC, Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos. Brasília, 28/08 a 02/09/94.

GANDIN, Danilo. **Planejamento como prática educativa**. 16º ed. Editora Loyola. São Paulo, SP. 2007.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Ensinando a turma toda: As diferenças na escola. In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér (Org). **O desafio das diferenças nas escolas**. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.p. 59-67.

MARTINS, Lucia de Araujo Ramos Martins. Reflexões sobre a formação de professores com vistas à educação inclusiva In: FILHO, Teófilo Alves Galvão; MIRANDA, Theresinha Guimarães (Org). **O professor e a educação inclusiva. Formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012.p. 25-38.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

PIMENTEL, Susana Couto. Formação de professores para a inclusão. - Saberes necessários e percursos formativos In: FILHO, Teófilo Alves Galvão; MIRANDA, Theresinha Guimarães (Org). **O professor e a educação inclusiva. Formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012.p. 139-155.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política**. São Paulo: Editora 34, 2005.

SANTOS, Maria Terezinha da Consolação Teixeira dos. Inclusão Escolar: Desafios e Perspectivas. In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér (Org). **O desafio das diferenças nas escolas**. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.p. 147-152.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org) Projeto político -pedagógico da escola: uma construção possível. 14ª edição, Papirus, 2002.